

POLÍTICAS SOCIAIS DE ESPORTE E LAZER, SOCIEDADE CIVIL E TEORIA DE ESTADO: a defesa da radicalidade Gramsciana

Marcelo Paula de Melo¹

RESUMO

Os debates acerca dos chamados projetos sociais demandam serem enriquecidos com as discussões de Teoria de Estado e sua relação com a sociedade civil. No caso das ações no campo da Educação Física e lazer isso se torna ainda mais urgente. Este texto busca debater alguns elementos da teoria de Estado ampliado de Gramsci, em sua indissociabilidade com o conceito de sociedade civil, abordando suas indicações para CONTRAPOR os supostos conceitos de “projetos sociais” e “terceiro setor”.

Palavras-chave: Teoria de Estado; sociedade civil; terceiro setor.

PRIMEIROS PASSOS

A ementa deste dossiê convida à reflexão crítica acerca da forma e do conteúdo do que chama de “programas sociais” de esporte e lazer desenvolvidos na escola e no que aparece no título como “comunidade”. Mais ainda, há a indicação de que tais programas podem ser desenvolvidos tanto instituições governamentais e não governamentais.

Assim, abrem-se possibilidades de debates acerca de programas governamentais diretamente executados pelos governos (Federal, estaduais e municipais) mediante destinação de parte do fundo público para enfrentamento dessa necessidade/demanda de parte da população ou então pelo entendimento do bloco no poder – por razões muito variadas- acerca da oferta dessas políticas de esportes e lazer.

1 FAETEC-RJ. Doutor em Serviço Social pela UFRJ. Pesquisador do Coletivo de Estudos de Política Educacional. Contato: marcelomelo@gmail.com.

Outra porta são as discussões sobre os programas executados por organismos privados como fundações empresariais, associações privadas de diversos tipos e outros organismos na sociedade civil. Esses organismos na sociedade civil podem ser financiados diretamente pelos executivos brasileiros (em seus três níveis) via programas em que a execução fique a cargo desses organismos, por recursos privados nacionais ou internacionais e também via recursos internacionais das chamadas agências de desenvolvimento de outros países mediante a chamada “Cooperação Internacional”.

A partir dessa limpeza de terreno no sentido de precisar exatamente quais manifestações concretas estar-se-á referindo com as expressões indicadas na ementa, este texto irá debater, a luz das contribuições de Antonio Gramsci e Nicos Poulantzas, alguns elementos de uma Teoria de Estado ampliada vinculada ao marxismo. Esse caminho pretende abordar o papel do Estado, sua relação com os organismos na sociedade civil, sua relação com as classes sociais, como parte das tensas relações sociais que fundam e marcam inseparavelmente a sociedade capitalista. A partir disso, traçaremos algumas considerações acerca das políticas sociais de esporte e lazer.

Nosso tempo tem implicado numa tentativa de apagamento do marxismo da teoria social explicadora do real. O projeto político burguês tentar diminuir a possibilidade de ser o marxismo a teoria social orientadora da ação política concreta dos trabalhadores, com a presença notória ou implícita de um antimarxismo reinante nos meios acadêmicos, mas não apenas. Nota-se uma presença significativa de trabalhos acadêmicos, reportagens de jornais, colunas em revistas cujo conteúdo é o descrédito

do que chamam de marxismo, ainda que em geral sem recorrer à textualidade para contrapor. Esse quadro aumenta a responsabilidade daqueles que seguem na trilha do marxismo. Esse rechace ao marxismo não é por acaso. No momento em que a exploração burguesa sobre o trabalho e sobre a natureza se intensifica, o marxismo- enquanto uma teoria social que tem como objeto o estudo das relações sociais capitalistas, com vistas a contribuir para sua superação via ação política do conjunto da classe trabalhadora-, pode representar uma “arma nas mãos” dos explorados contra a ordem burguesa.

SOBRE O ESTADO CAPITALISTA

As mudanças porque foi passando o sistema capitalista implicou em alterações no papel do Estado na regulação de suas relações sociais constitutivas. A tese liberal de separação entre o Estado e a economia é um recurso discursivo muito eficaz na luta política na apresentação da ordem social capitalista como (supostamente) constituída por dimensões econômicas- limitadas ao que é chamado de mercado- e dimensões políticas- restritas ao Estado- independentes. Se os expoentes burgueses mais sérios sabem que a vulgaridade teórica dessa concepção guarda pouca relação com o real, no âmbito da luta política concreta não é incomum a menção a tal separação da economia e da política. Mesmo com as alterações que tem passado o capitalismo mundial em função de uma série de elementos, essa cisão não é abandonada, inclusive com impacto no pensamento e prática política que se pretende antissistêmica.

É nesse quadro que Antonio Gramsci será parte fundamental do esforço

de compreender o papel político do esporte no atual projeto político burguês. Um ponto central é a explicitação do papel educativo do Estado capitalista, sendo fundamental a remissão constante à ampliação do conceito de Estado realizada pelo marxista italiano, nas chamadas sociedades ocidentais e em processos de ocidentalização. Assim, o Estado educador é a modalidade necessária de atuação estatal na consecução da hegemonia dominante. Tanto que o autor, debatendo acerca da ampliação estatal, aponta que “... na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (neste sentido, seria possível dizer que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia encorajada de coerção)...” (GRAMSCI, 2000, p. 244).

Com essa ampliação do conceito de Estado, Gramsci identifica alterações na lógica de dominação burguesa, a partir da busca constante do consenso dos dominados operada mediante a ação de uma série de aparelhos privados de hegemonia na condição de intelectuais orgânicos das classes dominantes atuando na sociedade civil. Ao mesmo tempo, afirma ser necessária ao movimento anticapitalista a luta também nessa nova dimensão do ser social, com a ação de aparelhos privados de hegemonia da classe trabalhadora. Isso se deve a indicação de que a sociedade civil pode se transformar numa outra trincheira para a dominação burguesa com a atuação de seus aparelhos privados de hegemonia buscando sedimentar e difundir concepções de mundo funcionais ao projeto histórico dessa classe.

Usando a metáfora militar, Gramsci nos alerta para a necessidade de maior ênfase na chamada guerra de posição no

bojo das lutas revolucionárias. Isso não o leva a ilusão de que a ordem burguesa seria superada sem resistência das classes dominantes. A perspectiva é a conquista de espaços na sociedade civil, com a difusão da sua ideologia e obtenção do consenso ativo dos trabalhadores, a partir da atuação dos aparelhos privados de hegemonia da classe trabalhadora, sendo o principal o partido político revolucionário. Assim, segundo Gramsci:

... nas guerras entre os Estados mais avançados do ponto de vista civil e industrial, a guerra manobrada deve ser considerada reduzida mais a funções táticas do que estratégicas, deve ser considerada na mesma posição que antes estava a guerra de assédio em relação à guerra manobrada. A mesma transposição deve ocorrer na arte e na ciência política, pelo menos no que se refere aos Estados mais avançados, onde a ‘sociedade civil’ tornou-se uma estrutura muito complexa e resistente às ‘irrupções’ catastróficas do elemento econômico imediato (crises, depressões etc.); as superestruturas da sociedade civil são como o sistema das trincheiras da guerra moderna (2000, p.72-73).

Gramsci (2001) lembra que toda relação de hegemonia é uma relação pedagógica, a partir do consenso ativo obtido do conjunto da população, ou pelo menos de uma maioria significativa, sendo este consenso sempre provisório, demandando estratégias permanentes de conquista e/ou manutenção. O marxista italiano defende ser preciso não limitar o termo pedagógico às relações escolares, mas o ampliar a todas as relações entre e intra classes sociais, uma vez que “esta relação existe em toda a sociedade no seu conjunto e em todo indivíduo com relação aos outros

indivíduos, entre camadas intelectuais e não intelectuais, entre governantes e governados, entre elites e seguidores, entre dirigentes e dirigidos, entre vanguarda e corpos de exército” (2001, p. 399).

Diante disso, reafirmando o caráter de classe desse Estado ampliado, Gramsci mostra como a fração dominante no âmbito do bloco no poder concebe a atuação estatal em seu projeto político. Isso implica na relação desse Estado com as outras frações do bloco no poder e com as classes dominadas. Seja atendendo seletivamente algumas demandas, seja atuando na repressão daqueles que não consentem, a aparelhagem estatal:

... é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima de grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias ‘nacionais’, isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrio instável (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e dos grupos subordinados, equilíbrio em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico-corporativo (GRAMSCI, 2000, p.41-42).

Essa forma própria de operar do Estado sob relações sociais capitalistas está diretamente relacionada com o grau das relações entre as classes sociais, e mesmo no interior da fração dominante. Assim, segundo o autor dos Cadernos do Cárcere:

... o fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é evidente que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica (2000, p. 48).

Assim, todo Estado procura criar, difundir e manter formas específicas de sociabilidade conforme o projeto societário do bloco no poder, assumindo uma função claramente educativa. Esse projeto educativo tem por objetivo, então, “[...] adequar a ‘civilização’ e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do aparelho econômico de produção e, portanto, de elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade” (GRAMSCI, 2000, p. 23). Com isso, “[...] o Estado deve ser concebido como ‘educador’ na medida em que tende precisamente a criar um novo tipo ou nível de civilização” (idem, p. 28).

Já Poulantzas faz questão de apontar a “natureza de classe do Estado capitalista” (2000, p. 10), ainda que não o restrinja ao que chama de dupla natureza do poder de Estado. Sua busca por apreender como se dão as lutas entre as classes sociais, e também entre as frações burguesas, no seio do Estado capitalista, permite superar uma abordagem em que essas lutas ora estariam na chamada estrutura econômica ou então, contrariamente, somente na dominação política.

Nunca tendo sido uma relação de exterioridade, a referida separação formal do político e do econômico nada mais é do que o mecanismo de inserção do Estado nas relações de produção capitalista. Isso é explicitado por Poulantzas quando afirma ser justamente devido ao fato de uma série de aspectos (qualificação da força de trabalho, urbanismo, transporte, saúde, meio-ambiente, etc.), que anteriormente ocupavam papel marginal na intervenção estatal na economia, estarem diretamente relacionados, na atualidade, à reprodução e valorização do capital, implicando num papel renovado Estado nesses campos. Não se trata de mudanças exteriores que incidiriam sobre uma realidade por si imutável, mas contrariamente devendo ser apreendidas no interior de um lugar próprio redefinido para o Estado. Diante disso, Nicos Poulantzas (2000, p. 17-18) afirma que:

... a separação do Estado e do espaço de reprodução, específico do capitalismo, não deve ser tomada como efeito particular das instâncias essencialmente autônomas e compostas de elementos invariantes, qualquer que seja o modo de produção; porém, e sim, como características próprias ao capitalismo, na medida em que ele cria novos espaços do Estado e da economia, transformando seus próprios elementos. Esta separação não nos deve levar a crer em real exterioridade do Estado e da economia, como se o Estado só, do exterior, intervisse na economia. Esta separação é a forma precisa que encobre, sob o capitalismo, a presença constitutiva do político nas relações de produção e dessa maneira, em sua produção.

Poulantzas (2000) alerta que “se o Estado não é integralmente produzido

pelas classes dominantes, não o é também por elas monopolizado: o poder do Estado (o da burguesia no caso do Estado capitalista) está inscrito nesta materialidade” (p. 12). Assim, o papel do Estado na reprodução do capital e da dominação burguesa se dá tendo como fundamento as relações sociais capitalistas de produção da existência e as lutas explícitas e/ou implícitas entre as classes sociais- e também internamente às mesmas entre suas frações. A realização de seus interesses históricos de classe- aprofundar a dominação e a exploração do trabalho ou enfrentar esse processo buscando minorar ou cancelar sua ocorrência num novo projeto histórico- tem no Estado parte importante de manifestação.

O autor greco-francês analisa o papel do Estado sem tomá-lo como um sujeito descentrado e autônomo das lutas sociais e de classes, as quais essas, de fora, impactariam as ações estatais, ainda que não façam parte do Estado. Nessa direção, o autor afirma que “certamente, não é o Estado que é o sujeito da história real: este é um processo sem sujeito, o processo das lutas de classes” (p. 114). Isso implica em considerar que o Estado, certamente desempenhando um papel relevante na organização da dominação burguesa, não é, nem pode ser “... uma essência; nem sujeito da história, nem simples objeto instrumento da classe dominante, mas, do ponto de vista de sua natureza de classe, condensação das relações de força que é uma relação de classe” (POULANTZAS, 2000, p.119). Por isso, o autor ressalta ser necessário ir além de uma teoria formalista de Estado, que seria a construção de um objeto da teoria do Estado capitalista, relacionando somente às relações de produção, tomada como estrutura econômica, em que

a "... luta de classes e a dominação política só intervêm *a posteriori*, para explicar as concretizações- singularidades secundárias desse Estado real histórico" (p. 126).

Nesse sentido, o papel do Estado em relação às classes dominantes é de organização do interesse político do conjunto da classe burguesa em longo prazo. Poulantzas chama de unidade conflitual de aliança de poder e do equilíbrio instável dos compromissos entre seus componentes, a condição em que se dá essa hegemonia burguesa, na perspectiva de ação estatal, instaurando a unidade política das classes dominantes. Isso não estaria restrito a único ramo ou aparelho estatal, "... mas, em diferentes graus e gêneros, ao conjunto de seus aparelhos, inclusive seus aparelhos repressivos por excelência (...) que também eles desempenham essa função" (p. 129). Tal papel só pode ser cumprido pelo Estado na medida em que consiga deter certa autonomia relativa frente "... a tal ou qual fração e componente desse bloco, em relação a tais ou quais interesses particulares" (Idem) mesmo no bloco no poder. Somente nesse caso, tem sido possível à burguesia assegurar a organização geral dos interesses da classe sob a hegemonia de uma fração, na atualidade, a fração financeira.

Isso leva o autor a definir o Estado como uma "... condensação material de uma relação de forças entre as classes e frações de classe, tal como ele expressa, de maneira sempre específica (...)" (POULANTZAS, 2000, p. 130). Há nessa definição uma série de elementos a serem desdobrados para compreensão da lógica de ação estatal. A primeira questão alertada é ser o Estado a condensação material de uma relação. Isso nos permitirá escapar do que Poulantzas chama de pseudodilema no debate acerca

do Estado, ora visto como Coisa-instrumento, ora concebido como Sujeito.

A ação estatal na dominação burguesa vai muito além de qualquer entendimento unicamente repressivo-encobridor dos fundamentos que regem essa sociedade. No bojo dos novos papéis necessários à manutenção da correlação de forças favoráveis à consolidação dessa dominação, o "...conjunto das operações do Estado se reorganiza atualmente em relação a seu papel econômico" (POULANTZAS, 2000, p. 170). Isso implica numa atuação muito além das ações ideológico-repressivas, mas buscando abarcar o conjunto da vida social. É nesse sentido que a formulação de Poulantzas de que a ação econômica estatal tem um conteúdo político ganha nitidez. Isso não se limita de forma alguma em sua "... contribuição para acumulação de capital e para a exploração, mas também no sentido de uma necessária adaptação à estratégia política da fração hegemônica". Nesse sentido, em direção a um entendimento de fato dialético, tanto as necessidades político-ideológicas da ação estatal são "...subordinadas a seu papel econômico, como também as funções econômicas estão doravante diretamente encarregadas da reprodução da ideologia dominante" (p. 171). Aqui não há determinação em última instância do político pelo econômico, nem uma autonomia desse político, mas uma conjugação dessas suas determinações na efetivação do projeto histórico de uma classe, tendo em geral uma fração, ou um conjunto delas, como hegemônicas.

Pretende-se com isso evitar o que Poulantzas (p. 172) chamou de duplo inconveniente, de por um lado, superpolitizar, idealisticamente, a atividade econômica estatal, "...ao reduzi-la exclusivamente à

vontade política da fração hegemônica e de seus dirigentes”. Isso levaria a cancelar o componente relacional na correlação de forças. As ações estatais seriam então explicáveis somente pela vontade da classe dominante. Contrariamente, outro sério equívoco seria conceber tais atividades econômicas, “... isoladas da política de conjunto do Estado, devido às necessidades intrínsecas da ‘produção’ ou à ‘complexificação tecnológica’ das sociedades atuais” (Idem).

ESPORTE E POLÍTICAS SOCIAIS

É lícito afirmar que há uma grande aproximação entre a luta dos trabalhadores por maior acesso às políticas sociais, no sentido de socializar o conjunto da produção material e simbólica da humanidade, repartidas desigualmente nas sociedades capitalistas, e a possibilidade de vivências esportivas e/ou de lazer. Ao longo do desenvolvimento das lutas dos trabalhadores por melhores condições de vida na sociedade capitalista, ou mesmo em seus projetos históricos anti-capitalistas, o acesso aos esportes esteve presente como perspectiva. Como parte do conjunto das intervenções estatais no campo das políticas sociais em diversas formações sociais, questões concernentes aos esportes foram se fazendo presentes. Isso implica na vivência das modalidades esportivas no momento do não trabalho, incidindo em uma série de ordenamentos na vida social. Seja na oferta de locais e pessoal especializados (quadras, campos, pistas, piscinas; professores, treinadores), seja na garantia da possibilidade efetiva de usufruto disso, os esportes tem estado presentes nas relações sociais capitalistas de diversas formas.

A presença da oferta estatal no campo dos esportes, e mesmo a entrada da Educação Física no currículo escolar em diversas formações sociais, responde a esse movimento de serem os esportes elementos importantes da formação da sociabilidade requerida pelas relações sociais capitalistas. Ao mesmo tempo, contraditoriamente, também estão presentes como parte das reivindicações por menor jornada de trabalho e por vivência cultural nesse tempo do não trabalho.

Essas indicações acerca dos esportes sustentam sua colocação como parte da contraditória relação entre as classes sociais na sociedade capitalista. Tanto quanto outros campos das políticas sociais, os esportes assumem uma tripla condição de ramo de valorização do capital, estratégia das classes dominantes de obtenção do consenso dos trabalhadores e objeto de reivindicação por parte da classe trabalhadora da vivência esportiva, tanto do espetáculo esportivo, como de condições objetivas de praticar esportes. Como outros campos, as políticas de esportes carregam essa contradição em seu cerne, podendo ser modificada em cada conjuntura concreta de acordo com o estágio alcançado da correlação de força entre as classes sociais.

As lutas pela ampliação das possibilidades de vivências esportivas do conjunto ou de parte da classe trabalhadora responderão ao movimento de afirmação e luta por políticas sociais gerais. As lutas políticas do conjunto da classe trabalhadora, direta ou indiretamente, acabam incidindo na ampliação das possibilidades de vivências esportivas, tanto da prática constante em momento de lazer, como do acesso ao espetáculo esportivo de qualidade, malgrado o inequívoco papel que

desempenham como um dos elementos de atuação das frações burguesas no campo do entretenimento

Como afirma José Paulo Netto (2005, p. 30), a atuação estatal contínua, sistemática, estratégica sobre as sequelas da questão social, mediante a oferta das políticas sociais, nos oferece a confirmação mais cabal dessa indissociabilidade de funções econômicas e políticas que é própria das formações sociais capitalistas mais avançadas. Sua contribuição (das políticas sociais) à ordem burguesa é manifesta na preservação, controle, formação e reprodução da força de trabalho (atuante, sobrando e futura) mediante não somente às ações no campo da assistência, da educação, mas também na garantia de seguros. Esses também servem para contrarrestar a tendência de subconsumo que acompanha os momentos de crises cíclicas. Não obstante, também fornecem um respaldo ao colarem a imagem de redistribuidor “social” no Estado capitalista, como um suposto mediador de conflitos de interesses, malgrado seu papel de viabilizador da exploração burguesa (NETTO, 2005).

Netto (2005) mostra que, na ordem burguesa, o enfrentamento das sequelas da questão social só é possível de modo fragmentado e parcializado. Caso contrário, ou seja, tomar a questão social “... como problemática configuradora de uma totalidade processual específica é remetê-la concretamente à relação capital/trabalho - o que significa, liminarmente, colocar em xeque a ordem burguesa” (NETTO, 2005, p. 32). Tanto que há uma divisão em uma série de problemáticas particulares (educação, emprego, saúde, habitação segurança alimentar etc.) e supostamente enfrentadas por meio de políticas sociais setoriais. A

perspectiva totalizante desse conjunto de questões, compondo um quadro de enfrentamento aos desdobramentos e contradições da ordem do capital, implicaria em ter que assumir uma perspectiva anticapitalista.

Diante da expansão e desenvolvimento das políticas sociais, Behring e Boschetti (2007) mostram não ser incomum no debate teórico e na militância na luta pelas políticas sociais a concepção de que tais políticas - dentre as quais as de esportes - seriam os elementos por si e suficientes ao combate à desigualdade fundante da ordem capitalista. O substrato dessa concepção desembocava no cancelamento do enfrentamento na radical das bases do capitalismo. Assim, haveria a possibilidade de que a ampliação da ação estatal nesse campo implicasse globalmente na diminuição da desigualdade social, sem ser preciso uma luta pela superação do capitalismo. Tanto que as viúvas e viúvos do Estado de bem social aparecem de tempos em tempos clamando por sua volta, como se sua instalação fosse somente uma questão técnica, abstraída por completo de uma conjuntura político-econômica determinada, como demonstramos aqui. A concepção de luta política limita-se ao embate dentro da ordem capitalista, jamais contra esse projeto político de ordenamento da vida social. Nesse caso, há uma completa desconsideração das políticas sociais e das dinâmicas econômicas de extração da mais valia e da exploração do trabalho.

O certo é que a oferta ampliada de políticas sociais passou a compor o rol de medidas anticrise das sociedades capitalistas, buscando a reprodução da força de trabalho e a necessidade constante de legitimação sistêmica do capitalismo. É preciso não restringir isso a uma dimensão unicamente econômica de constituição de um amplo

mercado de massa, a apesar de também ser importante não ignorar essa questão. Não obstante, é necessário não estabelecer uma relação direta e linear entre essa expansão das políticas sociais e a dominação burguesa via educação política dos explorados a partir de viés que as conceba – as políticas sociais- como ludibriadoras dos dominados. Isso levaria a acreditar que os trabalhadores teriam deixado de lutar contra o capitalismo por estarem sendo enganados pela classe dominante via melhoria temporária de suas condições de vida nos países centrais. Igualmente equivocado é hiperdimensionar o caráter de conquista da classe trabalhadora. Tanto teórica, como politicamente, é mais adequada a uma concepção fiel à tradição marxiana e marxista, a consideração desses elementos como parte de uma totalidade na correlação de força entre as classes sociais. O papel legitimador da ordem social capitalista implicava tanto numa reprodução da força de trabalho, como também na difusão de possibilidades de ascensão social via acesso às políticas sociais de diversas ordens, sobretudo, pelo avanço da escolarização. Ainda que certamente tais políticas sociais fossem expressão das demandas das classes trabalhadoras como parte de sua luta por melhores condições de vida, não é possível desconsiderar seu papel na educação política dessa classe no sentido de restringir seu universo de luta aos marcos da sociedade capitalista.

OS CHAMADOS PROJETOS SOCIAIS E O TERCEIRO SETOR: NOVA EXPRESSÃO DO PROJETO BURGÊS

Sejam na oferta de esportes nas políticas sociais diretamente estatais ou nas ditas ações sociais esportivas de aparelhos

privados de hegemonia, a atuação política burguesa se manifesta de diversas formas. As principais são a menção de que a prática esportiva como lazer poderia ser excelente elemento de combate a problemas sociais como envolvimento juvenil com crimes de diversas ordens, assim como enfrentar problemas como baixo rendimento e evasão escola; a recorrente defesa de que a profissionalização via esporte poderia ser um mecanismo de melhoria das condições de vida de jovens e crianças da classe trabalhadora, ainda que concretamente isso atinja um contingente insignificante desses jovens. Devem ser somada a esses dois elementos a oferta de ações esportivas via chamada responsabilidade social empresarial e/ou os ditos projetos sociais financiados por ONGs de personalidades, sejam artistas, esportistas em atividade ou aposentados e políticos de diversas matrizes. O que há em comum nessas formulações seria a busca por apresentar contradições decorrentes das relações sociais capitalistas como passíveis de serem superadas via promoção e oferta de atividades esportivas e de lazer.

A implementação dos chamados projetos sociais executados por organismos da sociedade civil em bairros populares, ainda que devidamente financiados pelo Estado, é parte central do projeto burguês na atualidade. O incentivo e a promoção de tal lógica- em alguns bairros pobres com pouca tradição de ações estatais no campo das políticas sociais- implicam num suposto engajamento cívico onde os cidadãos passariam ser responsáveis pela promoção de seu próprio bem (?)-estar. Não por acaso, a expressão “Sociedade de bem estar”- para designar uma distinção em relação aos tempos de Estado bem

estar- passa a expressar esse tipo de intervenção nas políticas sociais em nosso tempo.

O apelo à suposta cooperação, solidariedade, colaboração, é parte da tarefa de desenvolver o chamado capital social que se conjuga com o chamado desenvolvimento da cultura cívica. Esse apelo ao engajamento político desvinculado a qualquer processo de enfrentamento da ordem do capital, inclusive negando existir esta ordem, é elemento central da nova pedagogia da hegemonia burguesa e do encontro da DIREITA PARA SOCIAL com a ESQUERDA PARA O CAPITAL (NEVES, 2005; NEVES 2010). Essa atuação na prestação de serviços públicos longe de representar uma ampliação das políticas sociais, se traveste numa redução drástica da rede de proteção social estatal, inclusive com participação de setores populares na promoção dessa redução. Nada mais funcional à dominação burguesa.

Através do incentivo direto ou indireto à participação de organismos privados na execução de políticas públicas, o bloco no poder, se torna assim elemento central na consolidação desse processo. Longe de concordarmos com a tese de que o Estado se ausenta para que organismos privados assumam a execução, apontamos que isso é parte central do processo, conjugado com uma série de iniciativas correlatas como a precarização no mundo trabalho, a diminuição da capacidade executora do Estado. A emergência de tantas ações sociais privadas indica uma nova estratégia educativa da burguesia brasileira e mundial para educar o consenso de amplos setores da população. Fica explícito que longe de retirar-se, o bloco no poder, mediante uma série de incentivos legais como financiamento direto ou isenções fiscais, conduz o Estado a ser partícipe de todo o processo. Afirmar que

tais organizações atuariam num suposto vácuo deixado pela omissão estatal, ou que justamente por isso é que tais organismos se veem impelido a agir significa não situar a emergência da atuação de organismos privados como pretensos substitutos da aparelhagem estatal na execução de políticas públicas como parte central do projeto capitalista neoliberal em nosso tempo, como bem demonstram as experiências presentes em Neves (2005).

O tema da colaboração entre as classes sociais no enfrentamento dos problemas variados é atualizado por diversos intelectuais orgânicos burgueses. Como exemplo, o Banco Mundial em seus Relatórios de Desenvolvimento Mundial (RDM), dedicados a uma temática a cada ano, trouxe na edição de 2000/01 um apelo às chamadas parcerias para o enfrentamento de problemas do novo século- tema também presente nas Metas de Desenvolvimento do Milênio do Sistema ONU. Assim, defende que o "... acesso às oportunidades de mercado e serviços do setor público em geral é influenciado pelo Estado e pelas instituições sociais, que devem ser sensíveis aos pobres e responsáveis" (BANCO MUNDIAL, 2000, p. 7). Tais elementos implicariam uma:

...colaboração ativa entre os pobres, a classe média e outros grupos da sociedade. A colaboração pode ser facilitada por mudanças no modo de governar que tomem a administração pública, as instituições jurídicas e prestação de serviços públicos mais eficientes e responsáveis perante todos os cidadãos, bem como pelo fortalecimento da participação dos pobres nos processos políticos e decisões locais (Idem).

Além disso, o Banco Mundial também apresenta a necessidade de criação de

“organizações de pobres”- mecanismo para se referir aos organismos na sociedade civil advindas tanto dos próprios trabalhadores e/ou contando com a colaboração de trabalhadores mais escolarizados. Para o Banco Mundial (2000, p. 7), o:

... fortalecimento das organizações de pobres pode ajudar a assegurar a prestação de serviços e adoção de políticas sensíveis às necessidades dos pobres e pode reduzir a corrupção e a arbitrariedade das ações do Estado. Se os pobres puderem controlar a prestação de serviços sociais, é mais provável que o gasto público os ajude durante as crises.

São recorrentes a ideia de que a proliferação de organismos na sociedade civil supostamente representativos dos setores mais empobrecidos dos trabalhadores, atuando na prestação de serviços e que tais organizações poderiam cumprir um papel no controle dos serviços e dos gastos em tempos de crise. Isso é complementado com a defesa de que seria preciso “assegurar a participação das comunidades e famílias pobres na escolha e implantação dos serviços e sua monitoração para que os provedores assumam sua responsabilidade” (BANCO MUNDIAL, 2000, p. 8).

Não é surpresa o clamor pelo reforço do chamado “capital social dos pobres” (BANCO MUNDIAL, 2000, p. 10). A partir de um reconhecimento de que “... as normas e redes sociais são uma forma importante de capital que as pessoas podem usar para sair da pobreza” (idem), o Banco Mundial defende ser importante “colaborar com os grupos que representam os pobres e aumentar seu potencial, vinculando-os com organizações intermediárias, mercados mais amplos e instituições públicas” (p. 10).

A consecução de um novo modo de ser e de apreender a realidade, compatível com um ordenamento social produtor de um amplo desemprego, diminuição paulatina das políticas sociais e da própria atuação estatal nesse sentido, demanda uma intensificação da ação pedagógica dos intelectuais orgânicos do capital. Sem acreditar na tese de falseamento da realidade para lograr a manutenção da dominação de classe, é preferível a tese de que ações como voluntariado, responsabilidade social empresarial, a difusão de uma atuação em organismos na sociedade civil prestando serviços sociais financiados seletivamente pelo Estado permitem uma entrada de diversos segmentos da classe trabalhadora nas bases do projeto neoliberal por dois mecanismos. Primeiro na condição de trabalhador desses organismos, permitindo, momentaneamente não estar no exército industrial de reserva, malgrado a grande possibilidade de estar numa relação precarizada no mundo do trabalho, como é peculiar dos chamados projetos sociais em diversos campos. Segundo, o próprio fato de ser atendido nesses programas, e em muitos casos isso se configurar como única possibilidade de resolução de questões prementes no campo da saúde, educação, assistência, esporte/lazer configura campo favorável para a educação do consenso.

É justamente isso que indica a face educativa da atuação estatal na atual fase do capitalismo. Antes de haver uma retirada do Estado na oferta de suas políticas sociais, o que se observa é a entrada em cena de organismos na sociedade civil- classificada pelos intelectuais orgânicos dominantes de “terceiro setor”- na execução dessas políticas. Contudo, tanto a formulação quanto o financiamento das políticas sociais seguem

sendo estatais, de forma direta e indireta. Com a política de parceria, abre-se um campo de trabalho que emprega considerável parcela da força de trabalho, além de atrelar o atendimento de uma série de demandas sociais da população à atuação de algum projeto social executado por uma ONG, Fundação empresarial ou mesmo ação social caritativa em nome de alguma pessoa física (artista, esportista, etc.). Longe de ser exceção, esse mecanismo tem sido consagrado no projeto político dominante no final dos anos 1990 e 2000 (NEVES, 2005; MARTINS, 2009). E também no campo das políticas de esporte (MELO, 2007; SILVA, 2007).

A aposta mais significativa da nova pedagogia da hegemonia é o complexo movimento concomitante de criação de novos sujeitos políticos coletivos, de reconversão dos antigos sujeitos políticos coletivos e de desorganização da visão crítica ao capitalismo para a construção do novo consenso. As ditas ONGs e movimentos sociais com interesses em temáticas e demandas desvinculadas do conjunto das relações sociais capitalistas passam a ser o modelo de participação política. A assertiva de representações de demandas que não podem ser atingidas na ordem burguesa passa a receber a pecha de anacrônica e ultrapassada. Por conta disso, a natureza da participação política das classes dominantes e dominadas passa por alterações. Devido parte da obtenção do consenso em torno de uma concepção de mundo burguesa, à atuação dos seus intelectuais orgânicos e de intelectuais tradicionais convertidos ao seu projeto societal e educacional, também não se deve esquecer o movimento de desestruturação da organização popular em torno da concepção de mundo

revolucionária que se processa desde as décadas iniciais do século XX. Contudo, como indicam Neves e Martins (2010, p. 34) "... esta desorganização, entretanto, não tem significado atomização da classe trabalhadora, mas sim uma redefinição de sua inserção na arena política contemporânea".

Mais ainda, afirmam Martins Et alli (2010, p. 150) que tal concepção tem sido fundamental ao conjunto da classe burguesa em sua tarefa educativa. Assim,:

Com efeito, difunde-se como o novo senso-comum que ao "novo Estado" cabe estimular ações e se apresentar como "parceiro" do mercado e do chamado "terceiro setor" em projetos desenvolvimento econômico e social, construindo, desse modo, a "sociedade de bem-estar". Cabe, finalmente, em tempos de redefinição das relações de poder no plano nacional e internacional, ao Estado educar para a cultura cívica, para a nova sociabilidade e para os valores que lhe servem de esteio.

O conjunto de questões que marcam o projeto capitalista neoliberal da Terceira Via incidem no campo dos esportes, e mais especificamente nas políticas sociais de esportes, de forma intensa. Questões como contingenciamento de recursos, focalização das políticas, atuação sob a lógica das chamadas parcerias com organismos na sociedade civil na execução das políticas, a difusão do chamado trabalho voluntário, a promoção da chamada Responsabilidade Social empresarial encontram nas ações esportivas um rico campo de atuação. Junto a esses elementos caros ao projeto de dominação contemporâneo, são atualizadas e mantidas as premissas que orientam as políticas de esportes e Educação Física há tempos. A defesa de que as vivências esportivas ajudariam a promover uma

sociabilidade conformada aos marcos da sociedade capitalista e que poderia prevenir os alegados comportamentos anti-sociais, sobretudo juvenis, seguem presentes no projeto atual, como mostram alguns estudos (MELO, 2007; SILVA, 2007).

Outro elemento relevante é a ação dos principais sujeitos políticos do campo esportivo em nosso tempo relacionando os esportes com programas estatais ou privados de (supostas) melhorias de condições de vida em diversas áreas, como saúde, educação assistência à infância e adolescência e etc. Além do envolvimento pessoal de atletas, tanto com suas fundações prestadoras de ações sociais de diversas ordens, como na condição de Embaixadores da ONU/ UNICEF e a participação em campanhas de variadas naturezas, as próprias organizações do esporte de alto rendimento como as Confederações e Comitês Internacionais e seus congêneres nas diversas formações sociais se fazem presentes. A participação em campanhas de *Jogo Limpo* (Fair Play), contra o trabalho infantil, contra uso de drogas, contra violência entre povos tem sido comum nos campos, quadras, piscinas e afins. Sempre com forte cunho moralizante e com grau de consciência política que impossibilita qualquer vinculação das campanhas com a natureza exploratória da sociedade capitalista, tal envolvimento do campo do esporte em geral é parte relevante da nova pedagogia da hegemonia burguesa na atualidade.

Nesse debate, ao campo dos esportes são estendidos os mecanismos de renúncia/ isenção fiscal que marcam a implementação de diversas políticas sociais. Tanto algumas pessoas físicas, como pessoas jurídicas ficariam possibilitados de debitar parcelas de impostos e aplicarem

em programas de iniciação esportiva. O potencial pedagógico disso no sentido de relacionar o atendimento de alguma demanda da população- no caso o acesso aos esportes- a uma atuação política caridosa e solidária e não fruto de um direito está presente em todo o momento.

Também há uma preocupação em educar a sociabilidade necessária à travessia de um mundo em que as contradições da ordem social do capital são agudizadas, sendo minoradas com políticas emergenciais que se estendem no tempo, devido à impossibilidade de enfrentamento efetivo dessas contradições.

Esse aprofundamento da nova pedagogia da hegemonia via esporte encontra nas ditas parcerias importante ponto de apoio, relacionado as chamadas metas de desenvolvimento do milênio- mais especificamente a oitava que defende “o estabelecimento de uma parceria global para o desenvolvimento enquanto uma maneira de envolver seções novas da sociedade” (ONU-FORÇA TAREFA., 2003, p. 33). Por conta disso, as ações das Nações Unidas no âmbito do esporte deveriam “ser baseados em parcerias estratégicas com todos os grupos interessados envolvidos no esporte, coordenados através de uma estrutura comum” (Idem).

Tal elemento é a tradução da defesa das ações do chamado terceiro setor e da dita responsabilidade social empresarial pelo mais expressivo intelectual orgânico internacional burguês, a ONU. Mais ainda, a indicação de que suas ações devem seguir tais parâmetros pelo mundo, defendendo que:

As parcerias fornecem uma abordagem estratégica à mobilização de recursos, para e através do esporte. São uma maneira eficaz de financiar iniciativas

de desenvolvimento para questões específicas, e são instrumentos úteis para iniciativas do governo. Maneiras de mobilizar recursos incluem engajar organizações de esportes e atletas ou formar parcerias com o setor privado. A filantropia empresarial é particularmente eficaz quando se trabalha com patrocinadores de grandes eventos esportivos ou se focaliza na propaganda relacionada a uma causa ou outras iniciativas criativas (ONU-FORÇA TAREFA... (2003, p. 35).

Menos do que alguma surpresa, o que importa é a busca por parte do Sistema ONU tanto de qualificar as ações como de conferir um caráter mais sistemático às políticas de Esportes e Educação Física. Isso implica na mobilização de uma série de organizações e intelectuais de diversos tipos na sociedade, tanto de frações da classe burguesa, como de algumas da classe trabalhadora. Assim, na disputa por posições e concepções de mundo acerca do papel do esporte na sociedade capitalista, bem como o oferecimento de uma visão idílica acerca dessa mesma sociedade e da possibilidade de superação de seus problemas sem passar pelo questionamento de suas bases, tendo os esportes como aliados centrais ganham defensores em diversos âmbitos e instâncias. Isso também permite o alcance de pessoas e povos dos mais variados países, bem como a garantia de que o espraiamento dessa concepção será realizado. A nova pedagogia da hegemonia segue a todo vapor nos campos, quadras, piscinas e pistas esportivas, seja no esporte de alto rendimento ou na prática amadora de crianças, jovens e adultos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que tais processos indicam é que os esportes figuram, em parte por seu

imenso potencial de comunicação com uma parcela considerável da população mundial, dentre os mecanismos atuais de obtenção do consenso e de educação política sob as bases do projeto societário dominante.

Se certamente não restam dúvidas da ineficácia dessas ações darem conta das problemáticas que supostamente pretendem contribuir para solucionar, por que tanto barulho e atenção midiática são conferidos a programas e ações como essas? A resposta a essa formulação deve ser buscada justamente em seu potencial de apresentar uma faceta humanista e voltada ao bem estar coletivo tanto das empresas vinculadas aos esportes (fabricantes de materiais esportivos, empresas de comunicação, patrocinadores, dentre outras), bem como das próprias Ligas, Confederações e Associações Esportivas que controlam o mundo dos esportes de alto rendimento. Torna-se indispensável na luta pela obtenção do consenso dos trabalhadores conferir uma face social a um universo que cifras de milhões de dólares são constantes, não somente em salários, mas em pagamentos pela transmissão dos espetáculos, em cotas de patrocínios para as Ligas e afins.

Essa busca por influenciar na sociabilidade relaciona-se diretamente com o que Pereira (2009) chama “pobretologia”. Essa implicou na constituição de novo campo de estudos, com um enfoque alargado e um novo vocabulário acerca do tema. Assim, passam a figurar expressões como eficiência, mercado, renda, ativos, vulnerabilidade, pobre etc. “... em detrimento de outro (como igualdade, exploração, dominação de classe, luta de classe, trabalhador, etc.), forjado nas lutas sociais e caro à tradição socialista” (PEREIRA, 2009,

p. 136). Mais do que a configuração de um novo modo de "... interpretar e categorizar a realidade social", desenha-se com isso, "uma nova agenda político-intelectual, com coordenadas muito precisas" (Idem). Configura-se, não somente uma (suposta) "ciência da Pobreza", como também uma "ciência da gestão política da pobreza" via oferta de empréstimos e não somente pela filantropia. Um movimento que tem como herança, tornar a pobreza auto-explicativa e legítima por si própria, ao mesmo tempo em que supostamente se luta contra ela (PEREIRA, 2009).

REFERÊNCIAS

- BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2000 2001. A Luta Contra a Pobreza**. Washington: Banco Mundial, 2000.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere. Vol. 1**. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001a.
- _____. **Cadernos do cárcere. Vol. 3**. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b.
- MARTINS, André Silva. **A direita para o social: a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009.
- MARTINS, André Silva Et All. Fundamentos teóricos da formação/atuação dos intelectuais da nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, Lúcia Maria W. (org.). **A direita para o social e esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil**. São Paulo: Xamã, 2010, p. 97-153.
- MELO, Marcelo Paula de. Neoliberalismo de Terceira Via e seu impacto nas políticas públicas de esporte e lazer: um debate com a produção teórica. In: SILVA, Maurício Roberto (Org.) **Esporte, Educação, Estado e sociedade: as políticas públicas em foco**. Chapecó: Editora Argus, 2007a. p. 175-210.
- NEVES, Lucia Maria W. (org.) **Direita para o social e esquerda para o capital: Intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil**. São Paulo: Xamã, 2010.
- NEVES, Lucia Maria W. (org.). **A Nova Pedagogia da Hegemonia: estratégias da burguesia brasileira para educar o consenso na atualidade**. São Paulo: Xamã, 2005
- NEVES, Lucia Maria W. e MARTINS, André Silva. A nova pedagogia da hegemonia e a formação/atuação de seus intelectuais orgânicos. In: NEVES, Lúcia Maria W. (org.). **A direita para o social e esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil**. São Paulo: Xamã, 2010, p. 23-38.
- NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 4º Ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- ONU. Força Tarefa Inter-Agências da ONU. **Esporte para o desenvolvimento e paz: em direção à realização das metas de desenvolvimento do milênio**. Nova Iorque; Nações Unidas; 2003.
- PEREIRA, João Márcio Mendes. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)**. Tese. Niterói: PPGH-UFF, 2009. (Doutorado em História).
- POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
- SILVA, Maurício Roberto (Org.) **Esporte, Educação, Estado e sociedade: as políticas públicas em foco**. Chapecó: Editora Argus, 2007.

**SOCIALS POLICIES OF SPORTS AND LEISURE, CIVIL SOCIETY AND STATE'S THEORY:
gramsci's radical view**

ABSTRACT

Debates about the so-called social projects claim to be enriched with discussions of state theory and its relationship with civil society. In the case of actions in the field of physical education and leisure it becomes even more urgent. This paper seeks to discuss some elements of the theory of state extended from Gramsci in their inseparability with the concept of civil society, addressing his statements to counter the supposed concepts of "social projects" and "third sector".

Keywords: State's Theory; civil society and third sector.

Recebido em: março/2012

Aprovado em: Julho/2012